

“Pautão” definirá questão da modernidade

Scheila Bernadete

O “pautão” do ano eleitoral, que deverá ser definido no próximo dia 10 de março pelos líderes da Câmara, representará significativas mudanças na sociedade brasileira. Segundo porta-vozes governistas, a normalização da vida econômica nacional está condicionada às modificações que o presidente Collor pretende introduzir na Constituição ao abrir espaço para o capital estrangeiro e definir o papel do Estado. Por isto o governo tem pressa. A oposição sabe disso e, dispondo do pouco tempo das atividades no Congresso, em ano de eleições — praticamente só o primeiro semestre — arma a estratégia para negociar seus projetos mais importantes, emperrados desde o início de 91.

Temeroso da reação do PDS, PTB e especialmente do PMDB, depois de interferir na eleição dos líderes, o governo, agora, tenta amenizar a tempestade: “Apesar da de-

monstração primária no primeiro encontro das lideranças, não acredito que os peemedebistas vão radicalizar”, prevê o líder governista, deputado Humberto Souto. “Sem uma solução concreta para os inativos não vamos negociar”, retruca o líder do PMDB, deputado Genebaldo Correia. Como ocorreu no último encontro de líderes, o primeiro condicionamento é colocar na lista de prioridades o decreto-legislativo no qual susta o 430 do Executivo, que prorroga para o ano que vem o pagamento do reajuste de 147% aos aposentados e pensionistas. Se isto não acontecer, não haverá acordo para a aprovação da Secretaria Geral da Presidência da República, cujo titular, o ex-senador Jorge Bornhausen já está atuando há mais de um mês, pensam os oposicionistas, liderados pelo PMDB.

O entendimento para a votação da emenda constitucional que propõe a antecipação do plebiscito que indicará o sistema de governo a ser adotado no País depois do mandato

de Collor — possivelmente no dia 25 de março — pode representar uma saída para o Palácio do Planalto barganhar. Além das emendas que tratam da modernização da economia e do advocatário, o governo deseja aprovar as propostas de privatização dos portos, da propriedade industrial e a segunda fase do sistema financeiro nacional. Os oposicionistas querem apreciar a lei orgânica dos partidos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), impostos sobre grandes fortunas, reforma agrária e a questão da Previdência Social. Duas matérias que têm consenso e garantidas pelo presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, para colocar em pauta ainda neste mês, são a lei contra a corrupção — englobando a nova legislação orgânica do Tribunal de Contas da União (TCU) — e a emenda constitucional que fixa um teto para os salários dos deputados estaduais, já aprovada no Senado. Pelo projeto, o salário de um deputado estadual não poderá ultrapassar a 75% do federal.



Souto não acredita que PMDB radicalize, mas Correia avisa que os 147% devem vir primeiro

Édson Gês 16/01/92